



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - 0092

[2001 a 2500 processos]

Aos 21 dias do mês de julho de 2017, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 06/2017, divulgado em 07/06/2017 no DEJT (Edição 2243/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 15). Presente o Juiz Titular ROBSON ADILSON DE MORAES. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	CAMPINAS, JAGUARIUNA, VALINHOS
Lei de Criação:	8.432/92
Data de Instalação:	10/12/1993
Data de Instalação do PJE:	22/11/2013
Data da Última Correição:	05/09/2016
Acervo Físico/Acervo Total:	20 %
Acervo PJe/Acervo Total:	80 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ROBSON ADILSON DE MORAES	13/09/2010

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
17/08/2016 a 15/09/2016	FERIAS
01/10/2016 a 01/10/2016	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
02/10/2016 a 02/10/2016	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
08/10/2016 a 08/10/2016	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
09/10/2016 a 09/10/2016	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
15/10/2016 a 15/10/2016	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
16/10/2016 a 16/10/2016	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
03/11/2016 a 04/11/2016	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
19/12/2016 a 19/12/2016	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
09/01/2017 a 07/02/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
28/01/2017 a 28/01/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
29/01/2017 a 29/01/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
08/02/2017 a 10/02/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
11/02/2017 a 11/02/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
12/02/2017 a 12/02/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
20/02/2017 a 28/02/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
01/03/2017 a 01/03/2017	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
02/03/2017 a 03/03/2017	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
04/03/2017 a 21/03/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
22/03/2017 a 23/03/2017	CONVOCAÇÃO TRT - CONVOCAR ATUAR
08/04/2017 a 08/04/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
09/04/2017 a 09/04/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
17/04/2017 a 16/05/2017	FERIAS
27/05/2017 a 27/05/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
28/05/2017 a 28/05/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
09/06/2017 a 09/06/2017	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
12/06/2017 a 14/06/2017	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
24/06/2017 a 24/06/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
25/06/2017 a 25/06/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/09/2016 a 17/07/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
ANA MISSIATO DE BARROS PIMENTEL	08/02/2017 a 10/02/2017
ANA MISSIATO DE BARROS PIMENTEL	11/02/2017 a 14/02/2017
ANA MISSIATO DE BARROS PIMENTEL	20/02/2017 a 12/03/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
CAMILA XIMENES COIMBRA	07/01/2017 a 08/01/2017
CAMILA XIMENES COIMBRA	09/01/2017 a 07/02/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
CRISTIANE HELENA PONTES	29/05/2017 a 29/05/2017
CRISTIANE HELENA PONTES	30/05/2017 a 30/05/2017
CRISTIANE HELENA PONTES	07/06/2017 a 07/06/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
MARCELO CHAIM CHOEFI	07/01/2016 a 19/12/2016
MARCELO CHAIM CHOEFI	07/01/2017 a 11/07/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
18/11/2016 a 17/12/2016	FERIAS
26/03/2017 a 26/03/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
05/05/2017 a 05/05/2017	COMPENSACAO DIAS TRABALHADOS CONCURSO
19/06/2017 a 11/07/2017	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/09/2016 a 17/07/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS	28/11/2016 a 28/11/2016
RAFAEL DE ALMEIDA MARTINS	29/11/2016 a 29/11/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA	13/03/2017 a 23/03/2017
VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA	25/03/2017 a 25/03/2017
VINICIUS DE MIRANDA TAVEIRA	05/04/2017 a 05/04/2017

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [30/06/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANA BEATRIZ FRUCRI GATTO	REQ	-	25/07/2016
ANDREIA ESPOSITO PASSONI	AJJ	-	03/04/2017
CAMILA MALAVAZI CORDER	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	26/07/2010
CRISTINA YUMI ODO	TJA	FC-04 ASSISTENTE TECNICO DE VARA DO TRABALHO	22/02/2011
JULIANA VAZ DE CARVALHO BATISTA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	15/07/2014
LEILA CAMARGO BOTELHO LOURENCO	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	20/06/2013
LUIS CARLOS GOMES CALIARI	TJA	FC-04 CALCULISTA	24/05/2010
MANOEL HENRIQUE DE SOUSA CANTALEJO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	24/09/2014
MARCELO MANTEY BALENSIEFER	AJJ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	12/03/2015
MARIANA ROCHA DELACIO FORTES	TJA	FC-02 ASSISTENTE	12/07/2010
MARILU DE CASSIA CERATTI	REQ	-	06/04/2015
SAULO VILELA MANGIA	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	02/04/2012
SUZAN MARA PEREIRA	REQ	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	06/02/2015
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			10
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			3
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			15-16



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [09/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	2
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	10
LICENÇA À GESTANTE	120
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	6
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	2
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	9
PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE	60
TOTAL	209



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [30/06/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
ADRIANA ALVES FRANCA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/03/2017
CASSANDRA RISSI TORRICHELLE	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/08/2015



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [30/06/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
MARCELO CHAIM CHOEFI	70
ROBSON ADILSON DE MORAES	8

SERVIDORES	HORAS
ANDREIA ESPOSITO PASSONI	60
CAMILA MALAVAZI CORDER	300
CRISTINA YUMI ODO	120
MARCELO MANTEY BALENSIEFER	375
MARILU DE CASSIA CERATTI	40



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [09/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	1.558	1.268	1.518
	Aguardando encerramento da instrução	659	856	852
	Aguardando prolação de sentença	139	143	162
	Aguardando cumprimento de acordo	402	404	347
	Solucionados pendentes de finalização na fase	4.265	4.139	4.421
	Pendentes de finalização	4.272	4.218	4.452
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	349	496	585
	Liquidados pendentes de finalização na fase	414	456	592
	Pendentes de finalização	692	796	987
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.215	1.459	1.298
	Encerrados pendentes de finalização na fase	573	744	662
	Pendentes de finalização	1.261	1.585	1.350
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	1	1
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	2	73	4
	TOTAL	6.227	6.673	6.794



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [09/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	336	318	75
Exceções de Incompetência	22	14	18
Antecipações de Tutela	270	272	18
Impugnações à Sentença de Liquidação	66	48	52
Embargos à Execução	118	125	92
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	21	29	9
TOTAIS	833	806	264



6 - RECURSOS [09/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	903	745	284
Recurso Adesivo	63	56	28
Agravo de petição	81	74	13
Agravo de Instrumento	14	11	6
TOTAIS	1.061	886	331



7 - PRAZOS MÉDIOS [09/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	353	213	212	235
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.660	345	367	388
Total / Média	2.013	322	329	356

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	358	225	216	241
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.587	371	374	396
Total / Média	1.945	344	333	363

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	140	23	24	25
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	886	42	36	39
Total / Média	1.026	39	34	37

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	130	166	278	259
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	570	209	284	282
Total / Média	700	201	283	278

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	369	1.396	1.786	1.767
Do início ao encerramento da execução - ente público	20	868	1.204	1.507
Total / Média	389	1.369	1.726	1.751

*Do início até a extinção da execução

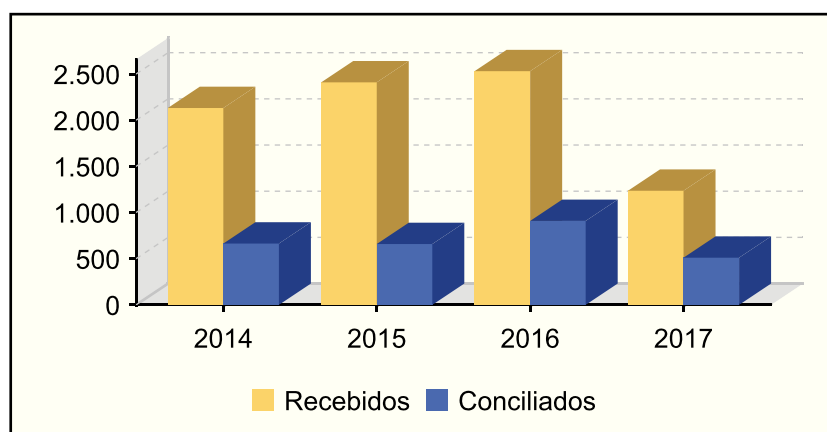


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

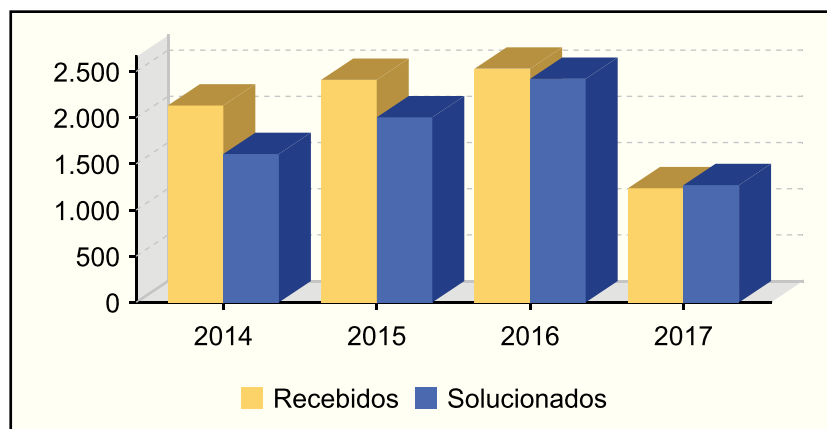
8.1 - Índice de conciliações [até 06/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2014	2.132	664	31,14
2015	2.410	659	27,34
2016	2.531	909	35,91
2017	1.236	511	41,34



8.2 - Índice de soluções [até 06/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2014	2.132	1.607	75,38
2015	2.410	2.004	83,15
2016	2.531	2.421	95,65
2017	1.236	1.270	102,75



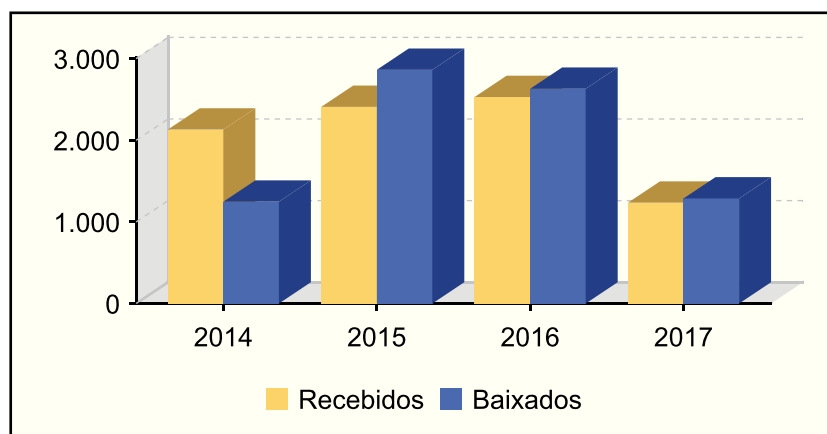


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

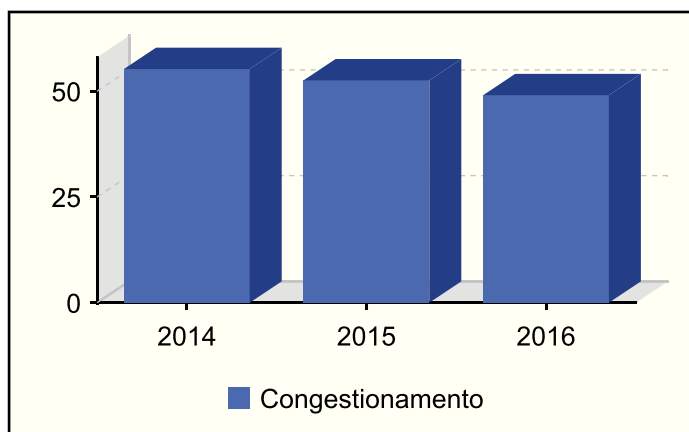
8.3 - Índice de baixas [até 06/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2014	2.132	1.248	58,54
2015	2.410	2.864	118,84
2016	2.531	2.632	103,99
2017	1.236	1.288	104,21



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2014	1.459	2.132	1.607	55,25
2015	1.815	2.410	2.004	52,57
2016	2.222	2.531	2.421	49,06

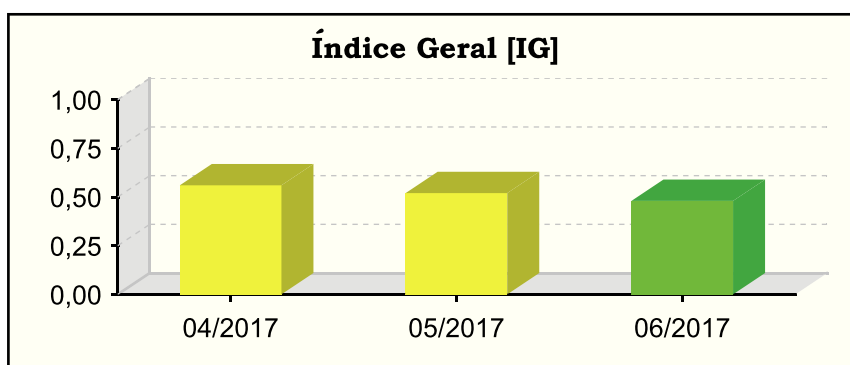
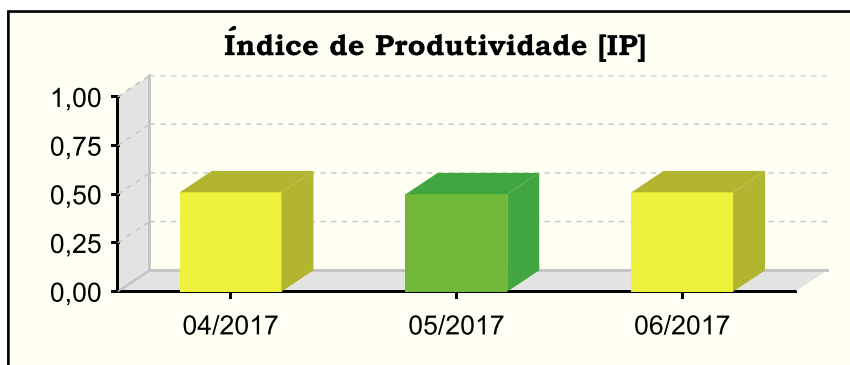
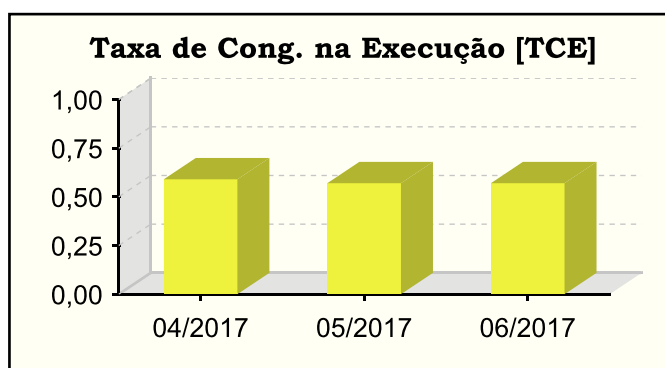
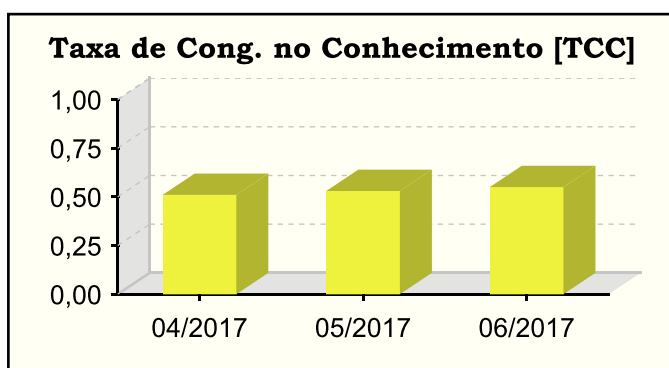




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
04/2017	0,51	0,59	0,51	0,56
05/2017	0,53	0,57	0,50	0,52
06/2017	0,55	0,57	0,51	0,48





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	971	80,9	52,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.086	90,5	58,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.057	171,4	110,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	356	29,7	19,1
Incidentes Processuais Resolvidos	1.009	84,1	54,1
Dias-Juiz	560	46,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	42.489	72,3	44,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	51.235	87,1	53,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	93.724	159,4	97,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	18.693	31,8	19,5
Incidentes Processuais Resolvidos	39.083	66,5	40,8
Dias-Juiz	28.745	48,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.042	70,3	44,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	149.307	81,3	51,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	278.349	151,6	96,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.811	27,1	17,3
Incidentes Processuais Resolvidos	107.191	58,4	37,3
Dias-Juiz	86.264	47,0	---

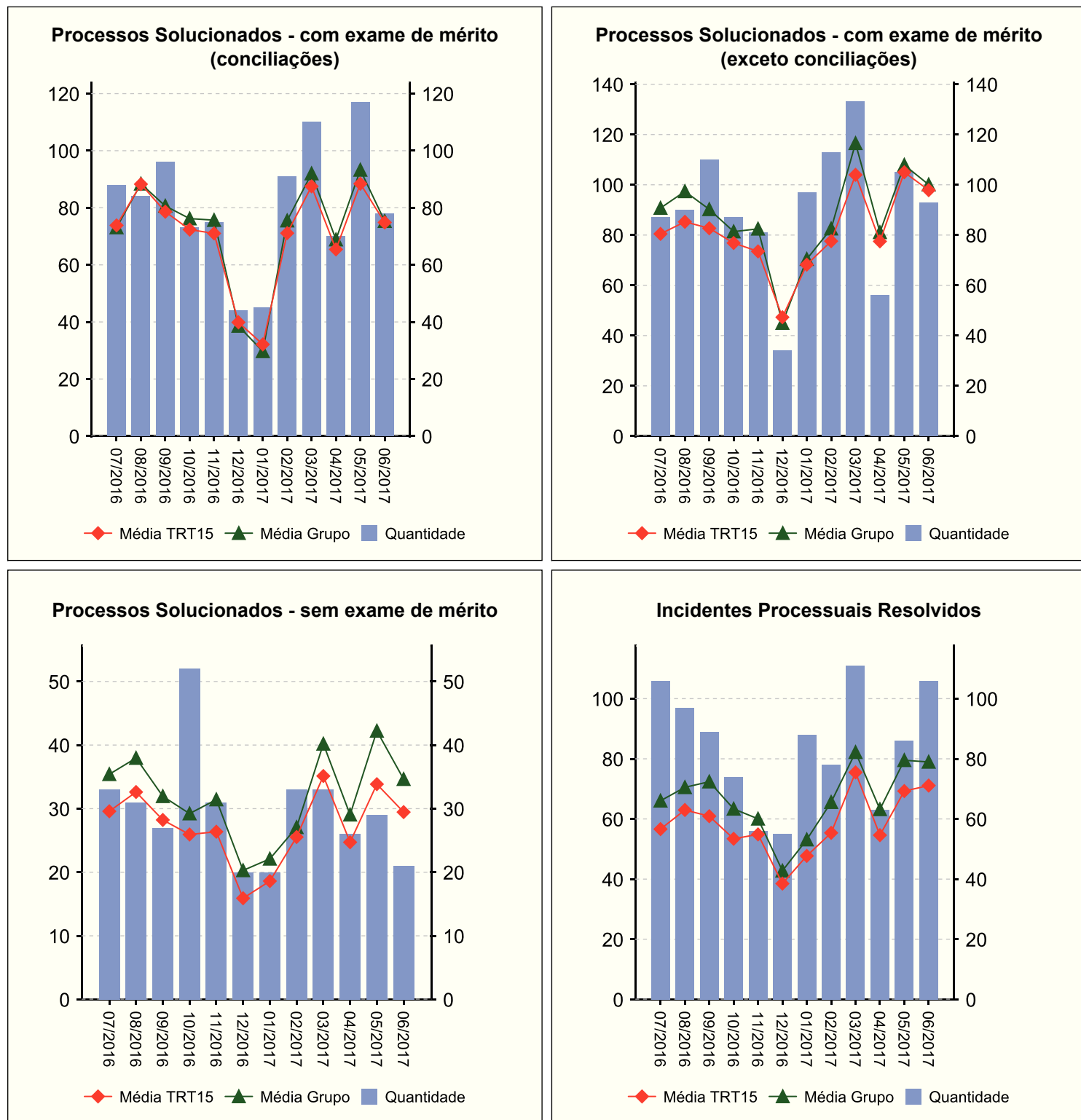
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Audiências - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	765	63,8	41,0
Sessões de audiência realizadas - instrução	704	58,7	37,7
Sessões de audiência realizadas - una	1.397	116,4	74,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	319	26,6	17,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	215	17,9	11,5
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	2.101	175,1	112,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	534	44,5	28,6
Dias-Juiz	560	46,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	39.159	66,6	40,9
Sessões de audiência realizadas - instrução	31.343	53,3	32,7
Sessões de audiência realizadas - una	54.151	96,0	56,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	11.372	19,3	11,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	10.679	18,2	11,1
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	85.494	145,4	89,2
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	22.051	37,5	23,0
Dias-Juiz	28.745	48,9	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	114.222	67,0	39,7
Sessões de audiência realizadas - instrução	93.490	50,9	32,5
Sessões de audiência realizadas - una	150.823	83,8	52,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	35.241	19,2	12,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	32.359	17,6	11,3
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	244.313	133,1	85,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	67.600	36,8	23,5
Dias-Juiz	86.264	47,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado



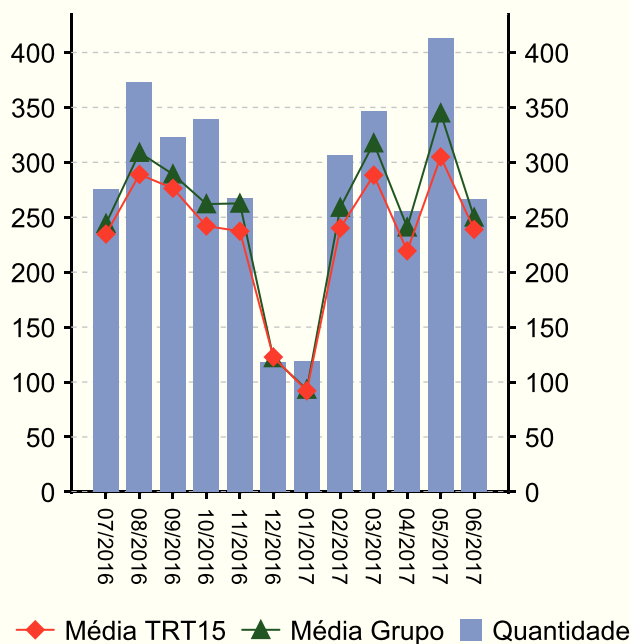
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[07/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

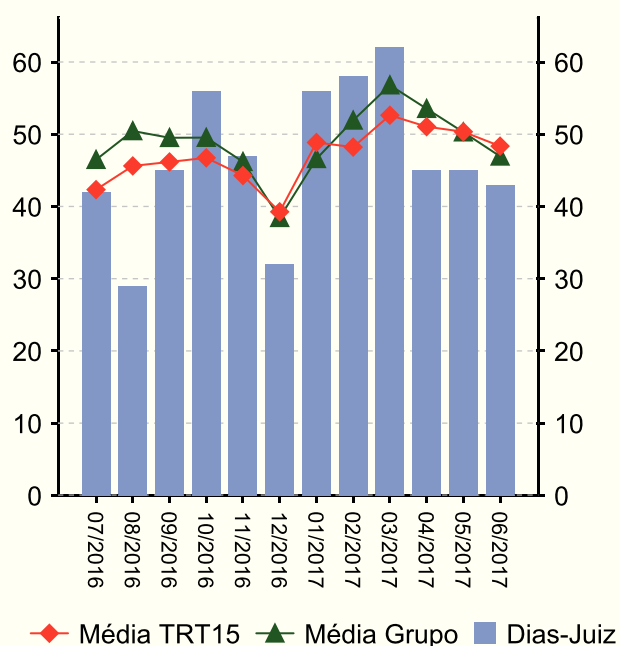
Resumo - Audiências

Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
07/2016	16	3	56	59	141	275
08/2016	95	26	63	70	119	373
09/2016	23	35	71	64	130	323
10/2016	23	8	89	76	143	339
11/2016	11	10	68	65	113	267
12/2016	12	6	23	33	44	118
01/2017	1	3	39	31	45	119
02/2017	25	13	72	72	124	306
03/2017	21	18	76	81	150	346
04/2017	31	16	50	53	105	255
05/2017	38	59	75	67	174	413
06/2017	23	18	83	33	109	266
Total	319	215	765	704	1397	3400

Dias-Juiz



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
07/2016	42
08/2016	29
09/2016	45
10/2016	56
11/2016	47
12/2016	32
01/2017	56
02/2017	58
03/2017	62
04/2017	45
05/2017	45
06/2017	43
Média Mensal	46,7



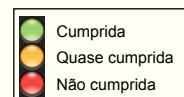
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

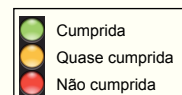
Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos de Solucionados	Grau de Cumprimento
2531	2421	110	211	202	96 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014

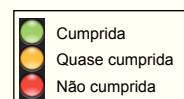
Processos distribuídos até 31/12/2014	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2132	1919	2146	0	202	60	30 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
776	744	32	65	62	96 %





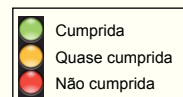
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013

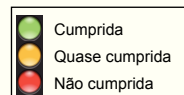
Processos pendentes em 31/12/2013	Processos solucionados a partir de 01/01/2014	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
10	8	2	1	90 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2016	Meta	Grau de Cumprimento
267	334	262	73 %





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECADAÇÃO [09/2016 a 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 88.547,44	R\$ 66.895,28	R\$ 0,00	R\$ 2.330.620,95



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 06/2017]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2010	1
2011	1
2013	4
2014	15
2015	152
2016	1072
2017	1111



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos 2014, 2015, 2016)	Faixa Processual (Res. CSJT 63/2010)	Ideal (Res. 63/2010 CSJT (exceto OJA)	Ideal Port. GP 39/2017 (exceto OJA e Assistentes de Juiz)	Lotação atual (exceto OJA e Assistentes de Juiz)
2.358	2.000 a 2.5000	15-16	11	11

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Considerando o histórico deficit de pessoal que atinge todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e, visando a adequação da lotação, a Presidência estabeleceu na Portaria GP nº 39/2017 novo ideal para toda a primeira instância do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, até que sobrevenha aprovação de lei de criação de cargos.

Com base no exposto, o número atual de servidores lotados na Vara do Trabalho está dentro dos parâmetros previstos na referida Portaria.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade)

	PJe		SAP
Data de corte:	06/06/2017	Data de corte:	06/06/2017
Saldo:	343	Saldo:	859
Data do mais antigo	07/02/2017	Data do mais antigo	03/03/2016
		Total:	1.202



15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,48.

Comparativamente, houve melhora de referido índice desde a última Correição, quando se registrou IG 0,57, assim como também melhorou desde então a TCE – taxa de congestionamento na execução (de 0,63 para 0,57). No entanto, chama atenção o congestionamento no conhecimento – TCC, com elevação da criticidade no período, de 0,48 para 0,55, exigindo ainda maior empenho do gestor nesta fase.

Além disso, como indicado no item anterior, foi constatada a existência de saldo de processos sem tramitação há mais de 30 dias, muito próximo da metade da média trienal de processos recebidos na Unidade.

Considerando-se a possibilidade de flexibilização da data de corte de acordo com a força de trabalho disponível na Unidade (de 76% do ideal), ainda assim, haveria passivo na Unidade, considerando-se haver processos sem tramitar desde 03/03/2016 (data mais antiga). Assim, para a melhor gestão desses processos sem tramitação, recomenda-se a elaboração de plano de ação para acompanhamento da evolução. Em razão da quantidade de feitos pendentes não há necessidade de a Unidade encaminhar o mencionado plano para a Corregedoria.

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0011802-



46.2015.5.15.0092, 0010238-32.2015.5.15.0092, 0033900-35.2009.5.15.0092;

16.2 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 05/07/2017, verificou-se a existência de 1.488 protocolos nos últimos 12 meses, com 56 pendências) e INFOJUD (a exemplo do processo n.º 0002004-32.2013.5.15.0092);

16.3 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos n.º 0012213-26.2014.5.15.0092 e 0012117-11.2014.5.15.0092;

16.4 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, e não adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.5 – há audiências designadas em três dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 215 no período de 07/2016 a 06/2017;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,64 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que



aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a 5ª Vara do Trabalho de Campinas apresenta 64% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 46,7 dias-juiz nos últimos doze meses, um pouco abaixo da média do grupo (48,9).

Também se observa que, a Unidade alcançou média mensal de processos solucionados com exame de mérito (171,4 – RARIA 110,2) maior que a média de seu grupo (159,4 – RARIA 97,8). Tal resultado decorreu tanto da maior média de conciliações 80,9 – RARIA 52,0), enquanto o grupo teve média de 72,3 – RARIA 44,3, quanto das demais soluções de mérito (90,5 – RARIA 58,2), acima da média do grupo, de 87,1 – RARIA 53,5.

Por esse resultado o Exmo. Desembargador Corregedor Regional consigna seus elogios aos Juizes que atuaram na Unidade pela busca da célere prestação jurisdicional.

De toda forma, necessário manter os esforços para solucionar mais processos e reduzir os prazos médios na fase de conhecimento. Nesse sentido, em 2016, salvo a Meta 2 do CNJ, as demais metas não foram cumpridas e atingiram: 96% da Meta 1, CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano) e da Meta 5, CNJ (baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente), 90% da Meta 6, CNJ (priorizar o julgamento das ações coletivas) e 73% da Meta 5 da JT (reduzir em 2% o prazo médio do conhecimento).

18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade, há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO DO AJUIZAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA (EM DIAS)*
INICIAIS	19/03/2018	-	240
UNAS	06/12/2017	1	150
INSTRUÇÕES	13/06/2018	-	330
CONCILIAÇÃO	28/08/2017	25	20



MEDIAÇÃO	06/09/2017	-	50
-----------------	------------	---	----

(*) aproximadamente.

Observação: A pauta de audiências é elaborada manualmente. Foi informado pela Unidade que os processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos de pauta. Por outro lado, os processos que envolvam Órgão Público não são incluídos na pauta de audiência em atenção à Recomendação GP-CR nº 01/2014 deste Regional.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-
terça	manhã	7	2	3	-	-	12
	tarde	-	-	-	-	-	-
quarta	manhã	4	8	3	-	-	15
	tarde	-	-	-	-	-	-
quinta	manhã	4	8	3	-	-	15
	tarde	-	-	-	-	-	-
sexta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-

18.1.2 – JUIZ AUXILIAR FIXO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	7	2	3	-	-	12
	tarde	-	-	-	-	-	-
terça	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-
quarta	manhã	7	2	3	-	-	12
	tarde	-	-	-	-	-	-
quinta	manhã	7	2	3	-	-	12
	tarde	-	-	-	-	-	-
sexta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-



18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que são incluídos em pauta de mediação quarenta processos, dos quais vinte são acompanhados na Unidade por servidor, sob a supervisão do Juiz Auxiliar. Os processos são selecionados a partir da fase de conhecimento, previamente à primeira audiência. Os outros vinte processos são realizados pelo Centro de Conciliação (CEJUSC-Campinas), por servidor da 5ª Vara, sob supervisão da Juíza responsável, sendo os processos selecionados da fase de liquidação e execução.

Por fim, informou que há dois servidores capacitados pela Escola Judicial como mediadores.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

18.3 – ANÁLISE:

Observando o gráfico no Item 10.2, verifica-se que a Unidade, com dados apurados até 30/06/2017, realizou maior média de audiências unas e de instrução (175,1 – RARIA 112,6) se comparada com a média mensal do grupo (145,4 – RARIA 89,2), bem como com a média do TRT (133,1 – RARIA 85,0), de acordo com os atuais critérios adotados.

Verificou-se que do total de 3.400 audiências, 1.397 foram do tipo UNA, 704 de instrução, 765 de inicial, 215 de conciliação na execução e 319 de conciliação no conhecimento.

Registra-se que o índice de pendentes de solução é de 0,64; o prazo médio do ajuizamento ao encerramento da instrução é de 322 dias e a taxa de congestionamento na fase de conhecimento é de 0,55,(junho/17). Diante disso, não obstante o resultado alcançado, sugere-se ao Juízo que analise a viabilidade de implementar as boas práticas abaixo descritas, já utilizadas em outras unidades deste Tribunal com objetivo de otimizar as pautas e conferir maior celeridade à tramitação dos feitos.



Quanto às boas práticas, além das medidas já divulgadas, destaca-se o projeto “Mediação/UNA”, que consiste em designar audiência de mediação ou una, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia). Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, se o caso. Outra sugestão é designar “Mediação/INI”, em processos com pedido de perícia, implementada pela Vara do Trabalho de Itapira, para a qual a ré deve apresentar a defesa, com os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia.

19 – RECOMENDAÇÃO:

19.1 – com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, deixar sob responsabilidade dos assistentes de juiz as minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deverá ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários;

19.2 – para os Juízes do Fórum reexaminarem o tema relativo às pulverizações de ações, constatadas nas 2ª e 3ª Varas, determinando, por exemplo, o apensamento das reclamationárias na ação mais antiga ainda não julgada;

19.3 – priorizar a migração dos processos para o PJe, considerando o percentual de processos físicos que é de 20% do acervo.

20 – DETERMINAÇÕES:

20.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentenças.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e



Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

20.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

20.3 – diligenciar pelo devido cadastro dos Requisitórios de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;

20.4 – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

20.5 – envidar esforços para alcançar as Metas do CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que, conforme registro no item 11 desta Ata, em 2016 não foram integralmente cumpridas: a Meta 1 do CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano – com 96% de cumprimento), Meta 5, CNJ (impulsionar processos à execução – 96%), Meta 6 do CNJ (priorizar o julgamento das ações coletivas – atingimento de 90%) e Meta 5 da JT (reduzir em 2% o prazo médio do conhecimento – com índices de cumprimento de 73%);

20.6 – velar diariamente para que em caso de bloqueio efetivado via BACENJUD haja pronta emissão de ordem de transferência dos valores para uma conta em banco oficial ou emissão de ordem de desbloqueio;

20.7 – utilizar as ferramentas eletrônicas e convênios de acordo com o previsto no Provimento GP-CR nº 05/2015 e alterações subsequentes, bem como Ordens de Serviço desta Corregedoria que definiram as atribuições dos GIEs e Oficiais de Justiça;

20.8 – utilizar regularmente as ferramentas SIMBA, exaurindo as iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos;

20.9 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim como observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão (sendo necessário o registro correspondente e não como “excluído de hasta”) e que na hipótese de o credor adquirir o bem, deverá fazê-lo na condição de arrematante.



21 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade entre os dias 12 e 14 de julho/2017, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
01	0012117-74.2015.5.15.0092	Processo eletrônico na tarefa “aguardando cumprimento de providência – Oficial de Justiça” desde 4/11/2015.	Tramitar o feito, verificando o cumprimento da Precatória. Nessa tarefa há outros processos a serem tramitados para regularização, exemplificativamente, 0012364-89.2014.5.15.0092 (desde 2/3/2016); 0012309-70.2016.5.15.0092 (acordo cumprido desde 16/02/2017).
02	011621-45.2015.5.15.0092	Processo eletrônico na tarefa “aguardando cumprimento de providência – Oficial de Justiça” desde 9/8/2016. Guia de depósito (id b9aad9d) aparentemente de outro processo.	Prazo para cumprimento de acordo já vencido desde 07/07/2016. Tramitar o feito, analisando possibilidade de arquivamento.
03	0011311-05.2016.5.15.0092	Processo eletrônico na tarefa “análise do conhecimento” - pendente desde 14/6/2017. Em 31/05/2017 despacho determinando ao perito que se manifestasse da impugnação de id 0732ec5 e designando audiência de instrução. Ocorre que referida manifestação é de concordância ao laudo.	Tramitar o feito, intensificando a gestão das tarefas intermediárias.
04	0011394-21.2016.5.15.0092	Processo eletrônico com alerta de tramitação preferencial na tarefa “remessa ao 2º grau” desde 17/4/2017 (decisão de 16/01/2017, e prazo vencido em 08/02/2017).	Tramitar o feito, efetivando a remessa com regularidade – nos dias de semana até as 18h00, evitando o represamento de processos, tanto na tarefa como no ato de remessa
05	0000234-38.2012.5.15.0092	Processo na variável 342 do e-GESTÃO (processos pendentes de finalização – fase de conhecimento), com última ocorrência “DES – despacho” desde 19/01/2017. Verifica-se haver referência a atos executórios em referido despacho.	Tramitar o feito, regularizando os lançamentos processuais. Em situação semelhante o 680-75.2011, desde 18/01/2017.
06	0002059-17.2012.5.15.00	Processo na variável 342 do e-GESTÃO (processos pendentes de finalização – fase de conhecimento), com última ocorrência “LNS – lançamento de solução- realizada” desde 23/03/2017.	Regularizar os lançamentos processuais, pela transparência ao acompanhamento processual.
07	0041900-92.2007.5.15.0092	Processo na variável 342 do e-GESTÃO (processos pendentes de finalização – fase de conhecimento), com última ocorrência “RCJ – recebido para prosseguir” desde 09/03/2016.	Tramitar o feito, regularizando os lançamentos processuais, pela transparência ao acompanhamento processual.
08	0001596-46.2010.5.15.0092	Processo na variável 342 do e-GESTÃO (processos pendentes de finalização – fase de conhecimento), com última ocorrência “RCT – remetido à contadoria” para cálculos de liquidação. Verifica-se em despacho de 10/02/2017 que o feito transitou	Regularizar os lançamentos, adequando-se a fase processual. Em situação semelhante o 0001982-71.2013.5.15.0092, com ocorrência “TRA – trânsito em julgado” desde 22/03/2017.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		em julgado em 06/12/2016.	
09	0099700-10.2009.5.15.0092	Processo eletrônico na tarefa “Aguardando cumprimento de providências -liq” desde 11/10/2016. Em 06/06/2016 foi expedido ofício para pagamento de pequeno valor municipal. O mandado foi devolvido em 27/09/2016 e desde então está sem tramitação.	Tramitar o feito.
10	0011979-10.2015.5.15.0092	Tarefa aguardando audiência-liq. Em 16/03/2017 foram homologados os cálculos, com a intimação da reclamada para pagamento. Não há audiência designada para o processo, tampouco determinação para tanto.	Regularizar o fluxo processual, devendo a Unidade atentar-se para o correto lançamento dos dados, para que haja transparência no andamento processual. Há outros 24 processos em situação semelhante.
11	0000566-39.2011.5.15.0092	Tarefa controle de sobrestamento – suspensão desde 23/10/2015. Há despacho datado de 02/06/2015 informando o trânsito em julgado e a nomeação de perito para elaboração dos cálculos. Até o momento o perito não atendeu à determinação judicial.	Dar prosseguimento ao feito e intensificar a gestão dos prazos concedidos aos peritos, bem como entrar em contato com o perito nomeado para devolução do processo e observância dos prazos. Além disso, deverá a Unidade observar rigorosamente o fluxo processual para que haja transparência no andamento processual.
12	0033000-04.1999.5.15.0092	Ocorrência ROJ – Remetido ao oficial de justiça desde 23/06/2016. O processo está em fase de execução, entretanto está pendente na variável 346 – processos pendentes de finalização – fase de liquidação. Há outro processo na mesma situação.	Sanear a inconsistência.
13	0010302-08.2016.5.15.0092	Processo eletrônico em tarefa intermediária concluso ao magistrado desde 26/04/2017. O acordo com a primeira reclamada foi descumprido, razão pela qual foi determinado a conclusão do feito para julgamento de eventual responsabilidade da segunda reclamada.	Tramitar imediatamente o processo, vinculando-o ao magistrado, para prosseguimento do feito, sob pena de responsabilização, na forma da Portaria CR N° 89/2015.
14	0168900-41.2008.5.15.0092	Processo na variável 353 do e-GESTÃO (pendentes – fase de execução) com última ocorrência “PES – prosseguimento da execução suspensa” desde 02/05/2016.	Dar andamento ao processo. Além disso, tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe suas análises e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo atos independentemente de procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR n° 07/2012. Observar, ainda, que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas.
15	0000500-21.1995.5.15.0092	Processo na variável 353 do e-GESTÃO (pendentes – fase de execução) com última ocorrência “RCE – recebido em execução para prosseguir” desde 30/11/2016.	Dar andamento ao processo. Além disso, tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe suas análises e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo atos independentemente de procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR n° 07/2012. Observar, ainda, que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas.
16	0175300-13.2004.5.15.0092	Ocorrência RMA – remetido ao arquivo desde 15/07/2013. Há petição de recurso (pet. 47.347/2012-AP) não	Sanear a inconsistência.



		solucionado no sistema SAP1G.	
17	0198200-14.2009.5.15.0092	Processo com incidente não solucionado no SAP1G. Há petição de embargos de declaração (pet. 27.066/2016-ED) não solucionada no sistema SAP1G.	Sanear a inconsistência, registrando-se os movimentos no SAP1G.

22 – CONSTATAÇÕES:

Após a apresentação dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foram realizadas reuniões com os servidores de acordo com a fase processual em que atuam e com os gestores, para orientações quanto a otimização dos respectivos fluxos de trabalho, saneamento de inconsistências, registro de soluções nos incidentes processuais, bem como quanto a importância de se dispensar maior atenção no cadastramento dos valores arrecadados de contribuição previdenciária, custas, emolumentos e imposto de renda, de maneira a demonstrar a real arrecadação da Unidade.

Neste ato, verifica-se que a Unidade não adota plenamente a padronização de nomenclatura das subcaixas (por exemplo, na tarefa “Aguardando final do sobrestamento” a subcaixa “Dezembro/2017”), conforme orientação da Corregedoria, que é imprescindível para que as subcaixas se ordenem cronologicamente, sobretudo, possibilitando relatórios mais consistentes do SICOND. A nomenclatura observará o seguinte modelo:

“AAAA/MM – Xª quinzena”

- Onde AAAA correspondente ao ano, com 4 dígitos;
- MM correspondente ao mês, com 2 dígitos e;
- X correspondente a 1ª ou 2ª quinzena.

Exemplificativamente:

- 2017/07 – 1ª quinzena;
- 2017/07 – 2ª quinzena;
- 2017/11 – 2ª quinzena;
- 2018/08 – 1ª quinzena.

Em síntese, a reunião tratou dos seguintes assuntos:

Triagem inicial. São designadas audiências iniciais para processos com perícia. Observa a preferência dos processos de rito sumaríssimo e tramitação preferencial. A triagem é feita pelos secretários de audiência, cuja conformação da pauta não é fixada pelo número de audiências, mas pela qualidade e complexidade do processo e, conseqüentemente, da audiência.



Também são realizadas pautas de mediação, em processos de valores não muito expressivos, cuja frequência não está fixada, tem sido realizada em caráter experimental, 2 sessões com cinco a seis processos, com êxito em 50% dos casos, são realizados só na fase de conhecimento. Frustrado o acordo na mediação, as partes saem cientes da designação de audiência (inicial ou una), cujo agendamento tem lugar reservado na pauta da Unidade, com data próxima, cerca de 15 a 30 dias.

Tem-se observado fragmentação de pedidos em ações distintas.

No tocante ao controle de perícias, a Unidade detém a agenda do perito e adota a seguinte prática: fixa as datas da perícia, do laudo (observado prazo razoável de exequibilidade), das impugnações e de eventuais esclarecimentos, e, comumente, observando os prazos, o perito e as partes acostam as peças correspondentes nos autos. Feita a nomeação, o perito acessa seu próprio painel. Não se realizam os depósitos de honorários prévios direto na conta do perito. Inclusive fica, desde já, designada a audiência de prosseguimento.

Constata-se que a Unidade não tem criada a subcaixa “Razões Finais” na caixa “Cumprimento de providências”. Esclarece que o Juiz Titular e o Juiz Auxiliar não concedem o prazo de razões finais, porque, encerrada a instrução processual, determinam a pronta conclusão para julgamento. De qualquer forma, a Corregedoria orienta que a subcaixa “Razões Finais” seja criada, se diante dessa hipótese, cujo procedimento tem o fito de evitar processos fora do fluxo e observar os termos da Portaria GP-CR 89/2015 que regulamenta o lançamento de conclusão para magistrado para prolação de sentença e decisão de incidentes processuais.

Quanto à anotação da CTPS, visando a redução da gestão de documentos em Secretaria, sugere-se que, nas sentenças, conste determinação para que o reclamante apresente a CTPS, diretamente, para a reclamada, que efetuará as anotações pertinentes após o trânsito em julgado, presumindo-se o cumprimento da obrigação de fazer no silêncio do autor.

No mais, chama-se a atenção da Unidade para a criação ou remoção de uma subcaixa de prazo quinzenal. Ao criá-la ou removê-la, por exemplo, da fase de conhecimento, ocorre a automática criação ou remoção de uma subcaixa de idêntico prazo nas demais fases processuais. Nesse aspecto, a Corregedoria alerta que as subcaixas de prazo quinzenais sejam removidas apenas se as subcaixas de idêntico prazo das demais fases processuais estiverem zeradas também. Eventual remoção de subcaixa com processos, faz com que todos os processos ali contidos sejam movidos para a raiz da caixa.



Por fim, alerta-se que a informação de prazo “0” (zero) para expedientes no PJe implica o não encaminhamento do processo para a pasta de vencimento de prazo correta, razão pela qual a Unidade não deve se valer desta prática.

A migração deve ser priorizada, uma vez que a Unidade possui apenas 20% de acervo físico.

Registra-se que nos últimos 12 meses foram realizados 1.488 protocolos de bloqueios de valores no sistema Bacenjud e que a taxa de congestionamento na execução teve sensível redução, desde a última correção, baixando de 0,63 (julho/16) para os atuais 0,57 (junho/17). O índice de produtividade também apresentou melhora, reduzindo de 0,54 em julho/16 para 0,51 em junho/17, o mesmo ocorrendo com o índice geral que era de 0,57 e atualmente é de 0,48. Por tais resultados, consigna-se elogios aos magistrados e servidores.

a) Diretor

Com o Diretor foram ressaltados os bons índices da Unidade e o domínio da equipe com relação à sua missão.

Foram tecidas considerações sobre a existência de possíveis inconsistências no índice de incidentes processuais, item 5 desta ata, devendo ser reforçada ao orientador da fase que oriente os servidores sobre a necessidade de registrarem os movimentos que dão solução aos incidentes.

Ressalta-se, também, a importância de se dispensar maior atenção no cadastramento dos valores arrecadados de contribuição previdenciária, custas, emolumentos e imposto de renda, de maneira a demonstrar a real arrecadação da Unidade.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Compareceram os seguintes diretores da 3ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil: Luciana G. de Freitas Sanches Cunha, Vice-Presidente, Cláudio Vieira, Secretário Geral Adjunto e Ivan Luiz Castrese, Tesoureiro, acompanhados de Antonio Carlos Galvão de Moura, assessor da presidência. Relataram que a OAB/Campinas está à disposição do Tribunal para a melhoria da prestação jurisdicional.



24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – O MM. Juiz Titular Robson Adilson de Moraes está autorizado a residir fora da jurisdição (PA 0000662-59.2014.5.15.0897), assim como o MM. Juiz Substituto Auxiliar Fixo Marcelo Chaim Chohfi está autorizado a residir fora da sede da circunscrição (PA 0000381-40.2013.5.15.0897).

24.2 – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença, bem como sobre as respectivas autorizações para residir fora da sede da circunscrição.

24.3 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.4 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do Diretor, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 2492/2016 (PROAD).

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 21 de julho de 2017, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.